

opinião

FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Fria
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Carlos Fom de Leon e Iadil Brito
CONSELHO EDITORIAL Fernanda Blumant, Helio Schwartzman,
Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano,
Patrícia Branco, Patrícia Campos Mello, Pêssio Arão, Ronaldo Lemos,
Thiago Amparo, Luiz Fria e Sérgio Dávila (secretários)
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Faria
DIRETORIA EXECUTIVA Alexandre Bonacini (finanças, planejamento
e novos negócios) Anderson Demian (mercado leitor e estratégias digitais),
João Cestari (tecnologia) e Marcelo Benes (comercial)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Regulação é risco para
serviço por aplicativo

Governo Lula age com afã sindicalista ao tratar de atividades inovadoras, cujo sucesso depende de flexibilidade para contratações e tarifas

O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem desde seu início o afã de regular o trabalho de transportes por aplicativos, no que infelizmente se mostra movido por uma visão sindicalista do século passado e pelo ímpeto polarizador dos anos recentes da política nacional. Manifestações sobre o tema foram contaminadas por hostilidade desproporcionada contra as empresas do setor. No ano passado, o ministro Luiz Marinho, do Trabalho, disse que a Uber poderia ser substituída pelos Correios, se deixasse o país. Nesta semana, Lula promete "encher tanto o saco que o fôdo vai ter de negociar".

O mandatório cometida a diátese durante cerimônia de lançamento do projeto de lei complementar enfim apresentado sobre o tema, resultado de discussões que transcorreram nos últimos meses sem chegar a um consenso —tanto que a atividade dos entregadores ficou fora do texto, limitado ao transporte de passageiros.

A negociação teve o mérito de tirar da mesa algumas ideias mais problemáticas, em especial a contratação de motoristas pela CLT. Pela proposta, os profissionais seriam reconhecidos como autônomos. Ficam-se também contribuição à INSS, remuneração mínima e limitação da jornada.

Está-se diante de um serviço inovador, proporcionado por vertiginosos avanços da tecnologia e cujo sucesso depende da flexibilidade para contratações, horários e tarifas. A regulação, portanto, é desafiadora em todo o mundo.

No Brasil, o IBGE calculou haver 1,5 milhão de pessoas trabalhando por meio de aplicativos e plataformas digitais ao final de 2022, o correspondente a 1,7% da população ocupada no setor privado. Desse grupo, pouco mais da metade (52,2%) transportava passageiros, 34,5% eram entregadores e 13,2% prestavam outros serviços. Apenas 35,7% deles contribuíam para a Previdência Social, o que de fato é motivo de preocupação.

A zela da informalidade, no entanto, é muito mais ampla no mercado de trabalho brasileiro.

No cálculo político, o contingente dos motoristas é frequentemente listado como uma das bases do bolsonarismo, o que tende a aguçá-los as resistências ao projeto governista no Congresso.

O debate precisa avançar com mais estudos e avaliações técnicas, sem acodamento nem bandeiras ideológicas. O processo de modernização da legislação trabalhista deve prosseguir de modo a proporcionar a formalização em condições realistas.

Cotas sociais, não raciais

Heteroidentificação carece de objetividade e gera injustiças; renda é o critério mais correto

Dois estudantes que se declararam pardos para concorrer a uma vaga na USP e passaram no processo seletivo tiveram suas matrículas negadas. A comissão de avaliação racial da universidade considerou que eles não apresentavam características fenotípicas compatíveis com a classificação.

A questão das matrículas foi parar na Justiça, e a polêmica se instalou. O reitor da USP, Carlos Carloti Junior, promete "corrigir e aprimorar" o processo de seleção pelo sistema de cotas raciais.

E bem-vindo o empenho da USP para evitar injustiças, mas é fato que elas se repetirão —neste ano, a universidade recebeu 222 recursos de candidatos que tiveram a matrícula negada pela banca avaliadora.

O problema é que não há critérios objetivos e coerentes para diferenciar pardos de brancos, ou outras categorias baseadas em fenótipos ou vagamente subjetivos.

Não por outra razão que o IBGE e a própria legislação de cotas operam com o conceito de autoclassificação (cada um é o que diz ser).

Entretanto quando o STI, ao atender uma demanda do movimento negro, admitiu também a heteroidentificação, abriu-se a porta para o imbróglio.

Assim, a autoclassificação se tornou passível de revisão por comissões, cujos juízos não passam de somatória de impressões pessoais. Tais comissões até podem funcionar como desestímulo àqueles que se declaram pardos só para usufruir das vantagens das cotas, mas não evitam injustiças.

Esse parece ser o caso dos candidatos da USP, que os julgou apenas por fotos e vídeos. Ambos estudaram em bancas públicas e vêm de famílias mistas.

Da forma como o sistema está desenhado, essa é uma aporia irremediável. Quaisquer decisões tomadas por bancas estarão envolvidas pelo manto da subjetividade.

A precariedade das categorias é uma das razões pelas quais esta Folha defende que o sistema de cotas nas universidades, que combina critérios sociais com raciais, funcione apenas pelos sociais, que são objetivos e mensuráveis.

A renda familiar tem expressão em números, não em ideias discutíveis sobre o que constitui racia. Em termos demográficos, favorece o mais pobres já significa contemplar negros e pardos, dado que as elites econômicas são o mais saliente e o mais perverso dos efeitos do racismo.

REMAKE



Descriminalize já, STF

Thiago Amparo

Dois fatos são, digamos, interessantes no julgamento do STF sobre a descriminalização. Primeiro, selou-se a tríade conservadora Nunes-Zanin-Mendonça. "Adianta que vou segurar essa mesma linha do ministro Cristiano Zanin, de não descriminalizar", disse Mendonça, o terrivelmente evangélico, a Zanin, o terrivelmente branco, sobre quem, disseram, seria o menos progressista. Não parece ser o garantismo de Zanin não abarca pobres e negros presos por drogas.

Segundo, Dias Toffi fez a prova de pedir mais tempo para análise de um caso que se fosse uma criança já estaria na 4ª série do ensino fundamental. Shakespeare demorou dois anos para escrever "Hamlet", e Cássio Marquês 18 meses para completar "Cem Anos de Solidão", mas o Supremo parece precisar de nove anos para escolher se a melhor resposta constitucional seria jogar usuários nas cadeias superlotadas para alimentar facções ou se seria melhor tratar o tema como questão de saúde. Não é uma escolha difícil.

O que está em jogo no tribunal não é se maconha faz mal. Isto cabe à ciência determinar. Os votos dos ministros conservadores focam nos danos que ela pode causar sem, no entanto, explicar por que a pena de prisão é o melhor remédio, em termos de saúde, para lidar com esses efeitos. Também não utilizasse o momento para piorar o soneto com uma emenda. Cabe ao STF decidir se mantém a reatada criminalização de usuários, cujo efeito é o que a corte já definiu como estado inconstitucional de coisas das prisões brasileiras. Todo mundo sabe que a maconha já está descriminalizada em qualquer festa rica brasileira, cabe ao STF decidir se os pobres serão punidos por isso.

Bolsonaro, Trump e a Justiça

Fernanda Perrin

Jair Bolsonaro está inelegível. Donald Trump lidera a corrida pela Casa Branca. Frequentemente comparados, a situação dos dois não pode ser mais distante hoje, em razão de abordagens opostas adotadas pela Justiça de cada país.

No Brasil, o TSE condenou o ex-presidente por abuso de poder político e uso indevido de recursos públicos e meios de comunicação para fazer campanha. Nos EUA, a Suprema Corte invalidou na segunda (4) a tentativa de reverter o resultado da disputa por ter violado uma cláusula constitucional sobre insurreição.

Indo além do debate estritamente jurídico, em ambas as decisões o Poder Judiciário viu-se diante de uma questão delicada: barrar um político popular de participar da eleição. O problema não é totalmente novo para Brasília — basta lembrar o impedimento da candidatura de Lula em 2018. Nas duas ocasiões, prevaleceu o cálculo de que o benefício da intervenção das cortes superaria eventuais danos à sua reputação e, no limite, à legitimidade do processo político perante a população.

Em Washington, os juízes têm indicado seguir uma lógica contrária: ficar longe desse vespúrio e deixar os eleitores decidirem. Os custos envolvidos nessa aposta não são menos dramáticos.

No mesmo dia em que a Suprema Corte confirmou sua postura, questionou uma mesa formada por cinco cientistas políticos da Universidade de Duke qual das duas abordagens consideravam melhor para a democracia. Ninguém soube responder.

Mais que um exercício filosófico ou uma tese de política comparada, a questão é central para o futuro de cada país. Há duas escolhas em curso: de um lado, da confiança de parte do eleitorado no processo político, ao se ver impedido de fazer sua escolha; de outro, do Estado democrático de Direito, vulnerável à reincidência daqueles que atentaram contra ele.

Existe resposta para qual é pior ou melhor? Mais importante: existe saída?

Correspondente em Washington (EUA)

Cagões em silêncio

Ruy Castro

O presidente Lula afirmou que não irá ficar remoendo o passado a respeito de 1964, porque os atuais generais eram crianças quando o golpe militar aconteceu e não tiveram nada a ver com ele. Tem razão. Como esses generais estão hoje entre os 60 e os 75 anos, tinham então menos de 12, idade em que, segundo Nelson Rodrigues, deviam estar raspando perna de passarinho a cavetê. Ou passando mais tempo no banheiro do que estudando.

Por não serem responsáveis por 1964, os generais hoje na ativa não deveriam sentir herdeiros do golpe e obrigados a defendê-lo das acusações de tortura, exatidão si lhes servia para, além de se autoincriminarem, espremer sua covardia. Sim, Bolsonaro também ficou muito, mas este sempre foi um valente de palanque, não é, agora, nem isso.

Pelo retrospecto, Heleno, Braga, Paulo Sérgio e Garnier, crianças em 1964, deviam ser das que, diante do perigo de que não se livrassem as saias da mãe, continuavam

do lado político perante a população. Em Washington, os juízes têm indicado seguir uma lógica contrária: ficar longe desse vespúrio e deixar os eleitores decidirem. Os custos envolvidos nessa aposta não são menos dramáticos.

No mesmo dia em que a Suprema Corte confirmou sua postura, questionou uma mesa formada por cinco cientistas políticos da Universidade de Duke qual das duas abordagens consideravam melhor para a democracia. Ninguém soube responder.

Mais que um exercício filosófico ou uma tese de política comparada, a questão é central para o futuro de cada país. Há duas escolhas em curso: de um lado, da confiança de parte do eleitorado no processo político, ao se ver impedido de fazer sua escolha; de outro, do Estado democrático de Direito, vulnerável à reincidência daqueles que atentaram contra ele.

Existe resposta para qual é pior ou melhor? Mais importante: existe saída?

Correspondente em Washington (EUA)

Os sonhos
sonhos são

Maria Hermínia Tavares

Pesquisadora da Cebria e professora aposentada da USP
Frederico de Aguiar

No debate público sobre o momento político brasileiro há duas posições diferentes em tudo — menos em matéria de desconforto diante do governo de coalizão ampla que o presidente Lula encabeça.

A primeira sustenta que o país vive tempos de polarização política e que o PT no Palácio do Planalto só faz ampliar a divisão que cinde a sociedade e faz dos brasileiros torcedores prontos para o vale-tudo.

A segunda posição, reconhecendo a força da extrema direita, prega que a esquerda, dada por morta, vítima de excesso de moderação e escassez de utopia, deva ressuscitar como polo igualmente extremado, radicalmente antipolítico.

De um lado, o sonho de consumo é ter um centro capaz de vencer nas urnas o extremismo que Bolsonaro encarna, prescindo dos votos de Lula. Na outra ponta, acredita-se que a esquerda para, dura — e solitária — poderia recolher o jogo ao prover os desfeitos de um horizonte de mudança radical.

Nenhum desses devaneios parece deslizar em regime democrático, cuja própria natureza demandaria capacidade de conquistar maioria eleitoral, disposição para transigir em prol de fins compartilhados e um horizonte de mudança radical.

Mais que isso, os dois pontos de observação, como aqueles lugares de visão prejudicada dos teatros antigos, impedem seus ocupantes de acompanhar os avanços obtidos pelo tão malfado governo de coalizão. Eles não são poucos, nem apenas imediatos, como a correção do salário mínimo ou a repaginação do Bolsa Família. Está aí a reconstrução das capacidades estatais na saúde, na educação, no meio ambiente, comprometida pelo desgozo de Bolsonaro.

Tem mais o arcabouço fiscal, a primeira fatia da reforma tributária e a inclusão da perspectiva ambiental na política econômica tornam alguma esperança no futuro. O programa Desempenho e, agora, o começo da regulamentação do trabalho por aplicativo, fora do modelo da CLT, indicam capacidade de inovação social. Os ganhos talvez sejam menores do que as aspirações, mas são reais e ajudam a garantir ao governo níveis de aprovação semelhantes à porcentagem de votos obtidos na eleição de 2022.

Sem dúvida, o apoio à ultradireita é muito expressivo, a indicar que ela se tornou uma força política com fundas raízes sociais, agenda e discurso reacionários, aparatos para difundir e a capacidade de mobilização em massa.

Seus êxitos futuros dependem de muitas incógnitas. Entre elas, o desempenho deste governo que o deseno de nossas instituições e as preferências dos eleitores fazem de coabitação entre esquerdas e direitas — e, nessa medida, inesperadamente o apoio moderado. O resto sonhos são.